apostilado pelo Secretário da Agricultura e a opostila publicada no Diário Oficial. Artigo 4.0 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Palácio do Govêrno do Estado de São Paulo, em 11 de setembro de 1962

JOAQUIM DE SYLOS CINTRA — Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no exercício no cargo de Governador.

Urbano de Andrade Junqueira
Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios
do Govêrno, aos 11 de Setembro de 1962
Fioravante Zampol, Diretor Geral

DECRETO N. 40.718, DE 11 DE SETEMBRO DE 1962

Regulamenta o artigo 8.0 da Lei n. 6.856, de 18 de julho de 1962

JOAQUIM DE SYLOS CINTRA, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições legais e nos têrmos do artigo 21 da Lei n. 6.856, de 18 de julho de 1962,

Decreta:

Artigo 10 — Os cargos de Inspetor Chefe Superintendente criados

Artigo 1.0 — Os cargos de Inspetor Chefe Superintendente, criados pela Lei n. 6.856, de 18 de julho de 1962, serão providos, por promoções pelo critério de merecimento, por Inspetores Chefes de Agrupamento, da Guarda Civil de São Paulo, nos têrmos dêste decreto.

Artigo 2.0 — Concorrerão à promoção referida ao artigo anterior os Inspetores Chefes de Agrupamento que satisfaçam as seguintes condições:

I — Sejam portadores do certificado de aprovação em Curso de Especialização da Escola de Polícia;

II — Possuam o interstício mínimo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias no cargo;

II — Possuam o interstício mínimo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias no cargo;
III — Não tenham sofrido pena de suspensão nos últimos 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias;
IV — Não estejam suspensos preventivamente ou respondendo a processo administrativo ou sindicância.
\$ 1.0 — Quando não houver candidato com interstício para promoção, êste será dispensado.
\$ 2.0 — O Inspetor Chefe de Agrupamento, nas condições dêste artigo, item IV, retornará à sua posição na classificação anterior, se absolvido, e nessa antecederá os concorrentes na promoção subsequente.

Artigo 3.0 — A promoção recairá no Inspetor Chefe de Agrupamento que tiver maior número de pontos, avaliando-se o merecimento na seguinte conformidade:

conformidade:

I — Média final obtida no Curso de Especialização da Escola de Polícia, multiplicada por 10 (dez), considerando-se a média na graduação de 0

(zero) a 10 (dez).

II — 1 (um) ponto por ano de serviço na Guarda Civil de São Paulo.

III — 1 (um) ponto por ano de antiguidade na classe.

IV — 2 (dois) pontos por ano subsequente à conclusão do Curso de

Especialização.

§ 1.0 — Na contagem dos pontos a que aludem os incisos II, III e IV dêste artigo, serão computadas as frações até centésimos.

§ 2.0 — Do cômputo geral serão deduzidos os pontos negativos na base de 1 (um) ponto por dia de suspensão do curso.

Artigo 4.0 — A classificação dos candidatos prevalecerá únicamente para o preenchimento das vagas existentes e será publicada em Boletim da Corporação, 15 (quinze) dias antes das datas fixadas para a promoção.

Parágrafo único — Da classificação caberá pedido de reconsideração, a ser apresentado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação.

Artigo 5.0 — Em igualdade do condicion de contact de data da publicação.

Artigo 5.0 — Em igualdade de condições na classificação, proceder-se-á nos têrmos do artigo 25 da Lei n 3.195, de 5 de outubro de 1955. Artigo 6.0 — A classificação final é da competência do Diretor da Guarda Civil de São Paulo, que encaminhará a lista respectiva do Secretário da

Guarda Civil de São Paulo, que encaminhara a lista respectiva do Secretario da Segurança Pública.

Parágrafo único — Essa lista conterá tantos nomes quantas forem as vagas a serem providas.

Artigo 7.0 — As promoções regulamentadas por êste decreto terão lugar nas datas de 25 de janeiro, 21 de abril, 9 de julho e 22 de outubro.

Artigo 8.0 — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Govérno do Estado de São Paulo, aos 11 de sefembro de 1962.

JOAQUIM DE SYLOS CINTRA — Presidente do Tribunal de Justiça

do Estado de São Paulo, no exercício do cargo de Governador.

Virgilio Lopes da Silva

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Govêrno, aos 11 de setembro de 1962. Fioravante Zampol, Diretor Geral

DECRETO N.º 40.719, DE 11 DE SETEMBRO DE 1962
Dispõe sôbre lotação de cargo de Professor Secundário
JOAQUIM DE SYLOS CINTRA, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE
JUSTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO, usando de suas atribuições Decreta:

Decreta:
Artigo 10 — Fica lotado um cargo de Professor Secundário — QE-PPII — Referência "53", dentre os criados pela Lei 6.051, de 3 de fevereiro de 1961,
destinado à disciplina de Ciências Físicas e Biológicas, no Instituto de Educação
"Barão do Rio Branco", em Catanduva.
Artigo 2.0 — Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.
Artigo 3.0 — Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio do Govêrno do Estado de São Paulo, aos 11 de setembro de 1962.
JOAQUIM DE SYLOS CINTRA — Presidente do Tribupal de Justiça
do Estado de São Paulo, no exercício do cargo de Governador.
Euvaldo de Oliveira Mello
Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do
Govêrno, aos 11 de setembro de 1962.
Fioravante Zampol, Diretor Geral

DECRETO N.o 40.720, DE 11 DE SETEMBRO DE 1962

Dispõe sôbre doação de veículo usado do Estado à Vila Vicentina, da Sociedade São Vicente de Paulo, de Bauru
JOAQUIM DE SYLOS CINTRA, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE
JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADOR, usando de suas atribuições legais, e nos-têrmos da Lei n. 5.597, de 12de abril de 1960, artigo n. 43, com a nova redação que lhe atribuiu a Lei n. 6.057,
promulgada pela Assembléia Legislativa em 24 de março de 1961, artigo n. 46, regulamentado pelo Decreto n. 38.282, de 6 de abril de 1961,
Decreta:

Artigo 1.0 — Em deferimento à solicitação objeto do processo GG-4617]
60, fica doado à Vila Vicentina, da Sociedade de São Vicente de Paulo, de Bauru,
um veículo usado, Perua Kombi Volkswagen, ano de 1959, motor n.o 2.583.828, declarado excedente para a Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública,
pela CEME — Comissão Estadual de Material Excedente.

Artigo 2.0 — A Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Públi-ca, mediante a Diretofia do Serviço de Trânsito fica autorizada a expedir, em no-

ca, mediante a Diretoria do Serviço de Transito fica autorizada a expedir, em nome do respectivo donatário, o certificado de propriedade do veículo ora doado.

Artigo 3.o — Este decreto entrará em vigôr na data de sua publicação.

Artigo 4.o — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno do Estado de São Paulo, aos 11 de setembro de 1962.

JOAQUIM DE SYLOS CINTRA — Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no exercício do cargo de Governador.

Virgilio Lopes da Silva
Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Govêrno, aos 11 de setembro de 1962.

Fioravante Zampol, Diretor Geral

Dispõe sôbre doação de veículo usado do Estado à Ação Social Católica de Itapetininga
JOAQUIM DE SYLOS CINTRA, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, NO EXERCICIO DO CARGO DE GOVERNADOR, usando de suas atribuições legais, e nos térmos da Lei N. 5.597 de 12 de abril de 1960, artigo 43, com a nova redação que lhe atribuiu a Lei N. 6.057, de 24 de março de 1961, artigo 46, regulamentado pelo Decreto N. 33.282, de 6 de abril de 1951,
De c r e t a .

Decreta: Artigo 10 — Em deferimento à solicitação objeto do processo GG. — 2350-62, fica doado à Ação Social Católica de Itapetininga, um veículo usado Sedan Volkswagen, motor N. 2.643.768, registrado no patrimônio da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública sob n. 966 e declarado excedente para a mesma pela CEME — Comissão Estadual de Material Excedente.

Artigo 2.0 — A Diretoria do Serviço de Trânsito da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública fica autorizada a expedir, em nome da referida instituição, o certificado de propriedade do veículo ora doado.

Artigo 3.0 Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.0 — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno do Estado de São Paulo, aos 11 de Setembro de 1962.

de 1962.

JOAQUIM DE SYLOS CINTRA Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no exercicio

do cargo de Governador.

Virgilio Lopes da Silva

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios
do Governo, aos 11 de Setembro de 1962. Fioravante Zampol — Diretor Geral.

DECRETO N. 40.722, DE 11 DE SETEMBRO DE 1962.

DECRETO N. 40.722, DE 11 DE SETEMBRO DE 1962.

Dispõe sôbre a designação de representante da Secretaria da Educação para integrar a Comissão instituída pela Resolução n. 1.282, de 29 de julho de 1961.

JOAQUIM DE SYLOS CINTRA, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, NO EXERCICIO DO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO, usando de suas atribuições e atendendo o que dispõe o artigo 4.0, do Decreto Federal n. 50.811, de 17 de junho de 1961,

Decreta:

Artigo 1.0 — Fica designado o Professor Luiz Gonzaga Horta Libba, Diretor Geral Substituto do Departamento de Educação, para integrar e presidir a Comissão instituída pela Resolução n. 1.282, de 29 de julho de 1961, para cumprimento das determinações do referido Decreto Federal, ficando dispensação, a pedido, o sr. Euvaldo de Oliveira Mello, que fôra designado para a referida Comissão como Diretor Geral — Substituto do Departamento de Educação.

Artigo 2.0 — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

cação. Palácio do Givêrno do Estado de São Paulo, aos 11 de Setembro

de 1962.

JOAQUIM DE SYLOS CINTRA Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no exercicio

do cargo de Governador. Euvaldo de Oliveira Mello

Publicado na Diretoria Geral da Steretaria de Estado dos Negúcios do Govêrno, aos 11 de Setembro de 1962. Fioravante Zampol — Diretor Geral.

DECRETO N. 40.723, DE 11 DE SETEMBRO DE 1962

Dispõe sôbre relotação de cargo

JOAQUIM DE SYLOS CINTRA, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE
JUSTICA, NO EXERCICIO DO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO DE
SAO PAULO, usando de suas atribuições legais e de acórdo com o disposto no
artigo 197, da "C.L.F.",

Decreta:

Decreta:
Artigo 1.0 — Fica relotado no Departamento de Administração, da Secretaria de Estado da Saúde Pública e da Assistência Social, um (1) cargo de Atendente, referência "19", do QSSPAS-PP-11, lotado no Departamento de Assistência a Psicopatas, da mesma Secretaria, ocupado em estágio probatório, pelo Sr. Gabriel Salmeron.
Artigo 2.0 — No corrente exercício, o funcionário á que alude êste decreto continuará a ser pago por conta da dotação correspondente ao cargo por éle ocupado. Decreta:

êle ocupado.

Artigo 3.0 — O título do funcionário de que trata êste decreto será apostilado pelo Secretário de Estado da Saúde Publica e da Assistência Social e apostila publicada no órgão oficial.

Artigo 4.0 — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

blicação.

Palácio do Govérno do Estado de São Paulo, 11 de setembro de 1862. JOAQUIM DE SYLOS CINTRA — Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no exercício do cargo de Governador.

Waldir da Silva Prado — respondendo pelo expediente da Secretaria da Saúde. Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios

do Govêrno, em 11 de setembro de 1962. Fioravante Zampol — Diretor Geral

DECRETO N. 40.724, DE 11 DE SETEMBRO DE 1962 Dispõe sôbre relotação de cargo

JOAQUIM DE SYLOS CINTRA, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições legais e de acôrdo com o disposto no artigo 197, da "C.L.F.",

Decreta:

Artigo 1.0 — Fica relotado no Departamento Estadual da Criança, da Secretaria de Estado da Saúde Pública e da Assistência Social, um (1) cargo da referência 19, da carreira de Servente-Continuo-Porteiro, do QSSPAS-PP-III, lotado na Divisão do Serviço do Interior, do Departamento de Saúde, da mesma Secretaria e ocupado em caráter efetivo pela Sra. Maria José Porto, com sede de exercício no Sub-Centro de Saúde de Manía, devendo a mesma ter sede de exercício no Pôsto de Puericultura de mesma devendo a mesma ter sede de exercício no Pôsto de Puericultura de mesma eledada. cício no Pôsto de Puericultura da mesma cidade.

Artigo 2.0 — No corrente exercício a funcionária a que alude êste

decreto continuará a ser paga por conta da dotação correspondente ao cargo por ela ocupado. /

Artigo 3.0 — O título da funcionária de que trata êste decreto será apostilado pelo Secretário de Estado da Saúde Pública e da Assistência Social e a apostila publicada no órgão oficial.

Artigo 4.0 — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Palácio do Govêrno do Estado de São Paulo, 11 de setembro de 1962/ JOAQUIM DE SYLOS CINTRA — Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no exercício do cargo de Governador.

Waldir da Silva Prado — respondendo pelo expediente da Secretaria da Saúde. Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, em 11 de setembro de 1962.

Fioravante Zampol - Diretor Geral

DECRETO N. 40.725, DE 11 DE SETEMBRO DE 1962

Dispõe sôbre relotação de cargo

JOAQUIM DE SYLOS CINTRA, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, NO EXERCICIO DO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PÁULO, usando de suas atribuições legais e de acôrdo com o disposto no artigo 197, da "C.L.F.", Decreta:

Artigo 10 — Fica relotado no Departamento Estadual da Criança, da Secretaria de Estado da Saúde Pública e da Assistência Social, um (1) cargo de Médico, referência 53, do QSSPAS-PP-V, lotado na Divisão do Serviço do Interior, do Departamento de Saúde, da mesma Secretaria, e ocupado, em caráter efetivo, pelo Dr. Manoel Palomino Fernandes, com sede de exercicio no Pôsto de Assistência Médico-Sanitária de Colina, devendo o mesmo ter sede de exercicio no Pôsto de Puericultura da mesma cidade.

Artigo 2.0 — No corrente exercicio o funcionário a que alude êste decreto continuará a ser pago por conte da dotação correspondente ao cargo por

decreto continuará a ser pago por conta da dotação correspondente ao cargo por

éle ocupado.

Artigo 3.o — O titulo do funcionário de que trata êste decreto será apostilado pelo Secretário de Estado da Saúde Pública e da Assistência Social e a apostila publicada no órgão oficial.

Artigo 4.0 — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Palácio do Govêrno do Estado de São Paulo, 11 de Setembro de 1962.
JOAQUIM DE SYLOS CINTRA — Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no exercicio do cargo de Governador.
Waldir da Silva Prado, respondendo pelo expediente da Secretaria

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Govêrno, em 11 de Setembro de 1962.

Fioravanti Zampol — Diretor Geral.